

Território, teatro de rua e o direito à cidade

Adailton Alves Teixeira¹

A mundialização econômica dota os espaços das cidades contemporâneas de novos significados, solicitando de pesquisadores, artistas, gestores públicos e demais agentes, uma reflexão acerca das mesmas. É nesse sentido que se insere esse texto, no qual se busca discutir as questões territoriais e uma linguagem artística, o teatro, mais especificamente, o teatro de rua.

Segundo Milton Santos, “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (2008b: 28). Assim, o espaço é também histórico, pois se modifica conforme o movimento da sociedade que o anima, sendo a somatória da paisagem, do território e da sociedade. Esses elementos, contidos no espaço, estão em constante relação (SANTOS, 2008a). Por isso mesmo, são variáveis, isto é, modificam-se conforme “o movimento da história”. Dessa forma, o espaço está sempre em constante transformação.

Se os meios técnicos e científicos se alteram, isto é, se a ciência se desenvolve e possibilita a criação de novas ferramentas, de novas técnicas, entre outros elementos, modifica-se também o espaço, porque este é produzido pelo conjunto de sujeitos sociais. Dessa forma, homens e mulheres, conforme os meios disponíveis, agem sobre o espaço, transformando-o de acordo com as circunstâncias. Assim, “[...] a posição relativa de cada lugar é dada, em grande parte, em função das técnicas de que é portador o respectivo meio de trabalho” (SANTOS, 2008c: 58-9). Por isso, na concepção de Santos,

¹ Docente da Universidade Federal de Rondônia; licenciado em História e mestre em Artes pelo Instituto de Artes da UNESP; um dos fundadores do Movimento de Teatro de Rua de São Paulo, da Rede Brasileira de Teatro de Rua, do Núcleo Nacional de Pesquisadores em Teatro de Rua; membro do Grupo de Trabalho Artes Cênicas na Rua da ABRACE (Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas), fundador do grupo teatral Buraco d’Oráculo.

os espaços têm valores diferenciados conforme as técnicas e os meios científicos de que dispõem. De forma rápida e em escala macro, é possível ilustrar tal conceito com os considerados países desenvolvidos e os em desenvolvimento. O mesmo vale para escalas menores, como um bairro popular quase sem infraestrutura comparado a um bairro destinado às classes mais abastadas, com toda infraestrutura necessária.

Em sendo o lugar valorado de maneiras diferentes, os sujeitos históricos (homens e mulheres), ao ocuparem um território, também são igualmente valorizados em conformidade ao mesmo, ainda que algumas diferenças existam entre eles. Mas como o objeto em discussão é o teatro de rua, podemos afirmar, *grosso modo*, que essa modalidade teatral é valorizada de acordo com o espaço que ocupa na sociedade, isto é, conforme os territórios que ocupa e o público a que se destina. Afinal, segundo os valores da sociedade capitalista, apresentar-se para as classes abastadas em teatros luxuosos não tem o mesmo “peso” de apresentar-se para trabalhadores em ruas e praças. Assim, dependendo do ponto de vista da análise e das formas dos espetáculos, há valores diferenciados: se visto pela ótica dominante, é importante o que se produz nos grandes teatros, como, por exemplo, os musicais e os dramas burgueses. Sob a ótica de quem sabe que vivemos uma luta de classes, essas produções servem apenas para reforçar a ideologia dominante.

O teatro não está separado da sociedade; logo, se esta é cindida em classes, a disputa e o enfrentamento ocorrem também no campo do simbólico. Para Pierre Bourdieu (2011), os gostos e as preferências, formados pelo capital cultural (*grosso modo*, soma da herança familiar, do que é consumido, mais o que é adquirido com o conhecimento escolar), criam vinculação social entre os seus, apartando-os dos demais. Dessa maneira, o “cisma cultural” entre os populares e as obras eruditas ocorre, entre outras coisas, porque os populares percebem na criação dessas obras uma lógica que os afasta.

A experimentação formal – que, na literatura ou no teatro, leva à obscuridade – é, na opinião popular, um dos indícios do que às vezes, é vivenciado como o desejo de manter à distância o não iniciado ou de falar a outros iniciados “passando por cima da cabeça

do público”, para retomar a afirmação de um entrevistado (BOURDIEU, 2011: 36).

Bourdieu, ao que parece, bastante inspirado nas teses de Mikhail Bakhtin, afirma que, diferentemente da arte erudita, “[...] o espetáculo popular é aquele que proporciona, inseparavelmente, a participação individual do espectador no espetáculo, assim como a participação coletiva na festa” (2011: 37). E o teatro de rua, em geral, é isso, tem o gosto e o sentido de festa convergindo para as brincadeiras espontâneas, “[...] cujo desfecho é uma liberação por colocar o mundo social de ponta-cabeça, derrubando as convenções e as conveniências” (BOURDIEU, 2011: 37).

Mas os territórios e o seu uso se transformam, para além das distinções. Milton Santos afirma que as mudanças técnico-históricas se alteram na medida em que a sociedade vai ampliando suas especializações, ou dito em outros termos, de acordo com a divisão social do trabalho. Assim, “[...] muda o uso do território, em virtude dos tipos de produção, reclamados pelas técnicas diretamente utilizadas, e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção” (SANTOS, 2008b: 124). Desse modo, são criadas especializações que requerem novas técnicas e ferramentas, que tendem a modificar a geografia que, ao mesmo tempo, ressignificam objetos geográficos preexistentes. Como exemplo, vale citar a própria cidade de São Paulo que, ao passar de cidade industrial a cidade de serviços, transformou bairros e criou paisagens novas, como a região da Marginal Pinheiros e da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, onde foram construídos “prédios inteligentes”, coordenando trabalho, moradia e lazer em um mesmo espaço. O espaço, o território e os lugares aqui observados dizem respeito a São Paulo, que busca ser uma cidade global. Portanto, houve mudanças na divisão social do trabalho. Os territórios sofreram modificações e, com elas, algumas áreas vêm sendo valorizadas e outras, desvalorizadas. Porém, em todo o século XX, o que mais se fez em São Paulo foi refazer sua geografia. Aldaíza Sposati destaca que a São Paulo urbana é obra do século XX, período em que cresceu o equivalente a quarenta cidades: “[...] a cada dois anos e meio nasceu uma nova São Paulo nos moldes do que era sua população em 1900” (SPOSATI,

2001: 26). Segundo Sposati, para se entender essa cidade seria necessário estudar cada um de seus “pedaços”, ou, mais especificamente, seus noventa e seis distritos.

No que tange à discussão conceitual sobre território, desde já, cabe ressaltar que os sujeitos ocupam os territórios em determinado tempo histórico, relacionando-se uns com os outros, bem como com os meios técnicos a que têm acesso e de que dispõem. Da mesma forma, “[...] o estético e o artístico surgem e se desenvolvem historicamente, e tanto em sua origem quanto em sua natureza se encontram condicionados socialmente” (VÁZQUEZ, 1999: 57). Por isso, entendemos que a carga semântica (os signos e os significados) de um território, de um lugar, pode vir a adentrar um espetáculo teatral, mesmo que de forma inconsciente para seus fazedores. Assim, um espetáculo teatral não depende apenas dos sujeitos que o produz, mas também dos meios de produção disponíveis e do lugar em que vivem essas pessoas. Por isso, no caso do teatro de rua, há uma constante modificação, pois o espetáculo sofre interferências dos sujeitos e dos lugares, visto que, em certa medida, esse tipo de teatro precisa ser adaptado a cada novo espaço em que se apresenta.

Rogério Haesbaert, nas obras *O mito da desterritorialização* (2006a) e *Territórios alternativos* (2006b), desenvolve uma discussão acerca do movimento entre territorialização, desterritorialização e re-territorialização, referenciado pelo autor por meio da sigla T-D-R. O primeiro processo de desterritorialização, segundo Haesbaert, veio com o surgimento do Estado Moderno, que, ao fixar o homem à terra, o fez de forma despótica, imprimindo “[...] a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” (2006a: 194-5). É fato que hoje, cada vez mais, existe uma amplitude do conceito, na medida em que diversos sujeitos de diversas áreas do conhecimento se debruçam sobre o mesmo. Segundo Haesbaert a geografia tende “[...] a enfatizar a materialidade do território”; a ciência política enfatiza as relações de poder; a economia “[...] vê o território como base da produção”; a antropologia “[...] destaca sua dimensão simbólica”; a sociologia enfoca as “relações sociais”, e, por fim, a psicologia “[...] incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal” (Idem: 37). Poderíamos

acrescentar que, em se tratando da arte teatral de rua, o território é fonte de inspiração, cenário, palco para trocas simbólicas e espaço de disputa do imaginário.

O território, é importante que se diga, sempre esteve ligado a um limite espacial e ao terror (HAESBAERT, 2006a; SANTOS, 2008a), isto é, diz respeito aos limites (fronteiras) de um Estado e à coerção por ele imposta para manter essas linhas divisórias. Assim: “O território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII” (HAESBAERT, 2006b: 120).

Apenas com o tempo, os limites territoriais ganham conotação mais simbólica, de maneira que podemos entender, hoje, uma dada região, um lugar (que também têm significados variados), um bairro, uma comunidade ou mesmo o “pedaço”, também como territórios específicos. Para José Guilherme Cantor Magnani (1998), o “pedaço” é um território-referência constituído de dois elementos: por ordem espacial e por uma rede de relações. Dessa forma, o “pedaço” implica sociabilidade e apropriação do espaço; tem núcleo definido, mas as bordas são fluidas. Não basta morar no “pedaço” para fazer parte dele; é preciso fazer parte da sua rede de relações. Assim, por meio da discussão sobre o “pedaço”, o que se revela acerca do território é que mesmo a conotação simbólica diz respeito a uma apropriação por parte de alguns grupos sociais, que criam uma identidade territorial, desenvolvida nos “espaços vividos” (HAESBAERT, 2006b). Sendo assim, para que se torne um território, é preciso que aqueles que o ocupam, dele se apropriem, simbólica e politicamente.

Metodologicamente, é possível abordar o território sob algumas perspectivas, dentre as quais a econômica, que diz respeito às relações de produção e de forças produtivas; uma dimensão geopolítica, mais relacionada ao poder; uma dimensão cultural ou simbólico-identitária; e, por fim, outra, mais recente, a partir dos anos 1990, voltada “[...] às discussões sobre sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local” (SAQUET, 2010: 15).

Evidentemente, abordagens nessas perspectivas, dependendo da área de conhecimento que as discutam, são tendenciosas; no entanto, relacionam-se. Aqui a abordagem cultural torna-se mais importante, sem descaracterizar as demais, já que o espaço é produzido, e em uma sociedade capitalista, essa produção é ditada pelo capital.

Mariana Fix, ao tratar de uma parte da cidade de São Paulo, discute o processo de criação de uma nova centralidade² às margens do Rio Pinheiros: “A transformação de uma região pantanosa na área mais valorizada da cidade é, na verdade, um exemplo de criação da máquina imobiliária do crescimento” (2007: 28). Dessa forma, o capital nacional, aliado ao capital estrangeiro, em seus diversos seguimentos como o imobiliário, o de serviços, entre outros, produziram o território cujo metro quadrado é o mais caro da cidade de São Paulo, isso depois de expulsar favelados e modificar leis municipais. O exemplo serve para ilustrar uma das formas de produção do espaço urbano.

Em *Territórios alternativos* (2006b), Haesbaert, procura sintetizar o conceito de território, de maneira a englobar as diversas abordagens e áreas do conhecimento, o qual nos é importante para a nossa discussão, pois o autor o entende como: “[...] produto de uma relação de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (2006b: 121). Assim, o território envolve uma enorme dinâmica socioespacial, na qual se conjugam e se enfrentam as relações de poder, as identidades culturais individuais e de grupos, redes comunicacionais e de circulação, dentre outros (SAQUET, 2010). Dessa maneira, a construção de um território ocorre de maneira dialética, envolve a materialidade dos objetos que o

² Na cidade de São Paulo, três regiões travam essa disputa: o centro histórico, a região da Avenida Paulista e região da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, na Marginal Pinheiros. Essa disputa, travada por meio de associações e outras organizações, tem de ver, principalmente, com os recursos do município e como eles serão gastos na infraestrutura do lugar, atraindo, com isso, os clientes desejados. Assim, temos a Associação Viva o Centro, Associação Paulista Viva e o *pool* de empresários, que praticam *lobby* e outras ações, a fim de verem seus objetivos alcançados: “[...] na região mais periférica do quadrante sudoeste, onde se estrutura o polo mais forte do setor terciário moderno da metrópole, com a presença crescente de multinacionais, foi onde ocorreu o caso mais grave de exclusão territorial, com a expulsão de milhares de favelados, muitos dos quais prestando serviços na região, o que atesta no caso total intolerância quanto às classes populares, quando a única linguagem possível é a do mercado” (FRÚGOLI Junior, 2001: 62). Consultar também FIX, 2007; FERREIRA, 2007.

compõe, suas relações econômicas e um eterno fluxo, um constante ir e vir dos sujeitos, que estabelecem laços afetivos ou não com o meio, constituindo suas identidades nas relações ou nas disputas com outros sujeitos. Essas relações e disputas são estabelecidas no tempo e no espaço e, para tanto, utilizam as redes de circulação e a comunicação. Essa proposição se conjuga com o “pedaço” de Magnani (1998) e, em certa medida, com o conceito de Certeau (2003), tendo em vista que este entende o território como espaço praticado.

Na medida em que teatro é comunicação e, na condição de fenômeno estético-social, ao ser apresentado em espaços abertos em determinado território, influencia o entorno e é também por ele influenciado. Mas mesmo que esteja apenas apresentando uma obra, o grupo teatral pode influenciar o imaginário e a afetividade das pessoas em relação ao espaço ocupado pela obra. A prática teatral que ocorre em espaços públicos abertos pode auxiliar os cidadãos no que se refere à apropriação simbólica do território; aliás, ele próprio não deixa de ser uma apropriação do espaço no instante em que o grupo teatral chega com todos os seus apetrechos cênicos. Assim, o teatro de rua, ao mesmo tempo em que se apropria simbolicamente de um logradouro público, e considerando que esse se torna constante em determinados espaços, pode auxiliar na criação do imaginário do lugar³.

Saquet não foge às definições tratadas. Pois, ao assumir que espaço é também construção social, o autor afirma que o território é um “[...] campo de forças que envolve obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas” (2010: 127). O autor não desvincula tempo, espaço e território que, na sua concepção, são indissociáveis. Ele afirma ainda que “[...] a apropriação e a produção do território é econômica, política e cultural, a um só tempo” (2010: 127). Assim, Saquet concebe o território “[...]

³ Estamos utilizando o termo na concepção empregada por Jean-Jacques Wunenburger, para quem há duas acepções principais para o termo imaginário: “uma, restrita, designa o conjunto estático dos conteúdos produzidos por uma imaginação [...] e que tende a adquirir certa autonomia, por repetição, por recorrência para formar, em última análise, um conjunto coerente (a memória como conjunto de lembranças passivas é uma parte importante de nosso imaginário). [...] Outra, [...] ampliada – de algum modo integra a atividade da própria imaginação, designa os agrupamentos sistêmicos de imagens na medida em que comportam uma espécie de princípio de auto-organização, de autopoiética, que permite abrir sem cessar o imaginário à inovação, à transformação, a recriações” (2007: 13-4).

como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (2010: 129). Dessa forma, os grupos sociais, ao se colocarem nesse campo de luta, formam os territórios e as territorialidades.

A territorialização ocorre quando grupos sociais ou sujeitos apropriam-se de determinado território, em determinado tempo-espaço, isto é, criam significação, afetividade ou enraizamento social no território. Em sendo este um campo das ações dos diversos poderes, portanto, político por definição, a territorialização se dá por meio de disputas. “A territorialidade não é só o modelo do espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território” (GALVÃO; FRANÇA; BRAGA, 2009: 43). Por sua vez, desterritorialização, segundo Haesbaert (2006), tem múltiplas definições. Adota-se aqui a definição cultural de territorialização, a saber, apropriação ou valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido. Logo, desterritorialização seria a perda dos vínculos identitários com o seu território, que podem ocorrer por questões econômicas, políticas ou culturais. Como ressalta Saquet, as “[...] forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a constituição de *novas* territorialidades, no mesmo ou em diferentes lugares, no mesmo ou em diferentes períodos históricos” (2010: 128).

De forma simplificada, seria possível definir desterritorialização como o abandono do território (HAESBAERT, 2006a). Mas com as mudanças contemporâneas, que alteraram nossa concepção sobre tempo, espaço e indivíduo, é possível entender desterritorialização “[...] na imobilidade, mas também [de] uma territorialização na mobilidade” (HAESBAERT, 2006a: 129). Isto é, na contemporaneidade, por meio das mudanças de tempo e de espaço provocadas pelas telecomunicações e pelos transportes velozes, modificaram nossas relações com o território independente de sairmos ou não dele. Assim, na concepção de Haesbaert (2006a), no mundo contemporâneo, estaríamos em constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), o que prejudicaria a formação de uma identidade cultural, já que ela se daria grandemente em conformidade com o território. A

rapidez das transformações mundiais, entretanto, não ocorre com a mesma intensidade nem na mesma velocidade em todos os lugares. Para Saquet, “[...] as temporalidades e os territórios são múltiplos e sobrepostos, determinados pelas forças do local e por forças externas ligadas às dinâmicas econômica, política e cultural” (2010: 130). Dessa forma, vivemos, ao mesmo tempo, a processualidade histórica e a relacional, isto é, somos feitos pelo mundo ao mesmo tempo em que o fazemos, mas de acordo com as condições, isto é, dos lugares nos quais vivemos.

Entretanto, pode-se afirmar que a migração é sempre um processo de desterritorialização e reterritorialização, seja qual for a dimensão dessa migração: entre países, entre as unidades federativas, entre as cidades ou, em vários casos, na própria cidade. Haesbaert (2006a) lembra ainda que a migração pode ocorrer por problemas políticos, econômicos, culturais ou ambientais. Por isso, é sempre uma desterritorialização relativa ou uma desreterritorialização. Ainda segundo o autor, há que se definir também a desterritorialização dos abastados e a das classes menos favorecidas:

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional” [...]. Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória [...], resultado da total falta de [...] alternativas, de “flexibilidade” [...] em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2006a: 250-1).

Assim, desterritorialização caberia apenas para os excluídos ou para os “aglomerados de exclusão”, como prefere Haesbaert (2006a). Considerando o aumento da massa de excluídos sem que estes necessariamente saiam do lugar, e na medida em que toda territorialização implica apropriação do espaço, é possível afirmar que, na contemporaneidade, há desterritorializados nos territórios e territorializados na mobilidade, como os abastados do mundo global.

Em artigo de 2004, Haesbaert afirma que “[...] pensar, como inúmeros autores nas Ciências Sociais, que estamos imersos em processos de desterritorialização, é demasiado simples e, de certa forma, politicamente

‘imobilizante’⁴. Por isso mesmo, o autor entende que estamos em constante movimento entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização, e que é preciso pensar também em multiterritorialidade. Só assim compreenderemos “[...] a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade”⁵. O autor entende ainda que as redes virtuais têm auxiliado na construção de novos territórios, possibilitando a multiterritorialidade, e que isso nos levará à construção de outra sociedade, “[...] mais universalmente igualitária e mais culturalmente reconhecadora das diferenças humanas”. Desse ponto de vista, os sujeitos podem participar de múltiplos territórios em uma mesma cidade: um território para morar, um território para trabalhar, outro para estudar; ou, de um mesmo território-lugar, ter acesso a outros. Mas Haesbaert negligencia as perdas psicológicas ocorridas a cada nova desterritorialização, assim como parece esquecer que esse constante trânsito ou, a falta de chão, é o grande gerador de insegurança na contemporaneidade. Essa *liquidez* de nosso tempo, provoca muitos receios, muitos medos, inclusive o medo do outro. Por outro lado, as práticas artísticas, muito mais humanizantes, nos aproxima e pode produzir a reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o contexto em que ambos estão inseridos.

Por fim, adotamos o conceito de território em sua acepção cultural ou “culturalista”, como prefere Haesbaert (2006b); ou seja, território como fonte de identificação, criador de uma carga afetiva nos sujeitos que o vivenciam, ditos territorializados. Logo, uma desterritorialização, nessa concepção, faz com que os sujeitos não criem identidade, percam a “referência simbólica” e transformem o território em uma espécie de “não-lugar”.

A concepção de não-lugar é do antropólogo francês Marc Augé (2008). Para entendê-lo, é necessário compreender o conceito de lugar. Para Augé, o lugar “[...] é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (2008: 51). Assim, é no lugar que os sujeitos criam os significados para si, bem como é por meio dos lugares

⁴ Rogério Haesbaert. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Consultado em: 20/12/2009.

⁵ Idem.

que se pode compreender melhor esses sujeitos e vice-versa.

Milton Santos entende que os lugares estão sempre mudando “[...] graças ao movimento social”. Para o autor, lugar “[...] é o objeto ou conjunto de objetos” (2008a: 13). Essa concepção é muito próxima à adotada por Michel de Certeau, ao afirmar que “[...] o lugar é o palimpsesto” (2003: 310), isto é, o lugar é uma sobreposição de objetos e de elementos históricos, visto que a cidade se dá por camadas. Entretanto, ao incluir a relação entre os sujeitos, Certeau entende tratar-se de espaço, não mais de lugar. Por isso, para ele, “[...] o espaço é um lugar praticado” (2003: 202). Michel de Certeau e o geógrafo Yi-Fu Tuan têm concepções diferentes acerca do que seja lugar. Yi-Fu Tuan, sob a perspectiva da geografia humanista, afirma que “[...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1983: 151). Para Tuan, “[...] o lugar é segurança e o espaço é liberdade” (1983: 3).

Saquet entende que o lugar tem certa delimitação territorial, criada pela própria dinâmica social, “[...] centrado em suas *tradições* e não no ambiente físico” (2010: 50). Essa concepção aproxima-se do pensamento de Augé e de Haesbaert. Para este, em *Territórios alternativos*, lugar, “[...] além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com seu espaço, em geral implica também processos de identificação, relações de identidade” (HAESBAERT, 2006b: 138).

Augé compreende o lugar “[...] como identitário, relacional e histórico” (2008: 73); por isso mesmo, o seu contrário é um não-lugar. Augé utiliza a geometria para estabelecer o lugar, entendendo que ele se faz por retas (ruas), encontros ou cruzamentos e pelas intersecções (praças). São nos lugares que as “astúcias milenares” (CERTEAU, 2003) são praticadas. E uma vez praticadas pelos sujeitos, esses lugares ganham novos significados, sendo, portanto, ressignificados diariamente. Certeau afirma que a cidade, fruto da razão moderna, instaura um discurso urbanístico por meio de uma tríplice operação: produz um espaço que lhe é próprio; estabelece um “[...] não-tempo ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições [...]; e cria [...] um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade [...]” (2003: 173). Mas, Certeau acredita que essa cidade tem se

deteriorado, assim como o discurso que a organiza, já que o caminhante apropria-se da cidade e, ao fazê-lo, atualiza as regras por ela impostas. Desse ponto de vista, é possível criar lugares e instaurar a territorialização no ocupar diário das ruas e outros lugares.

Por isso, no que tange à ideia de lugar, adotamos a concepção de Augé – lugar identitário, relacional e histórico –, já que os sujeitos que fazem teatro, ainda que o façam em lugares diversos, tomam seus lugares como ponto de partida porque estão em suas mentes e em seus corpos. O lugar pode revelar quem somos. Mas vale destacar que uma mesma pessoa pode “assumir” vários lugares em uma mesma cidade, em uma região ou mesmo em um bairro (dependendo de sua dimensão), pois o que faz um lugar para o sujeito é a relação afetiva, são os laços identitários com ele estabelecidos. Desse ponto de vista, todas as pessoas têm diversos lugares com os quais se sentem “ligadas”.

Não obstante, na supermodernidade, com a expansão urbana cada vez mais desenfreada, os não-lugares são criados constante e permanentemente. Os não-lugares são “[...] espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços” (AUGÉ, 2008: 87). Os não-lugares são espaços de mediação contratual, que não gera vínculos. Se os lugares criam organicidade, os não-lugares criam tensão e solidão. Mais uma vez, o teatro se faz importante, pois, os artistas ao ir para as ruas, criam novas relações espaciais e podem gerar laços afetivos do público com os lugares nos quais ocorre as apresentações. De que maneira?

Tomemos como exemplo um transeunte que presencia um espetáculo em uma praça pela qual passa todos os dias. Ora, o grupo de pessoas que assiste ao espetáculo, juntamente com os artistas, modifica a paisagem. Logo essa imagem se forma na mente do transeunte, alimentando seu imaginário, pois parte da cidade, naquele instante, foi reconfigurada. Se a relação com o espetáculo for prazerosa, também haverá afetividade envolvida. Provavelmente, ao voltar ao mesmo local, a imagem da roda, ou seja lá qual for a distribuição cênica utilizada pelo grupo teatral, voltará à sua mente. O mesmo

ocorre quando um circo é desmontado em determinado lugar, modificando a paisagem. Em tese, do ponto de vista físico, a paisagem volta a ser o que era, embora, subjetivamente, ela tenha sido modificada duas vezes: com a chegada do circo e com sua partida. Afinal “[...] nunca miramos sólo una cosa; siempre miramos la relación entre las cosas y nosotros mismos” (BERGER, s/d., p. 14).

Praças, parques e outras áreas abertas propiciam a convivência, embora isso venha sendo perdido devido à ilusão de que se está mais seguro em espaços fechados, como *shopping centers*, o não-lugar por definição, onde os indivíduos são meros usuários. Cada vez mais é preciso fortalecer os espaços abertos, pois só assim possibilidades serão criadas para que se tornem lugares. Nessa perspectiva, os sujeitos, quando reunidos em um mesmo espaço, além de estabelecerem laços afetivos com esses espaços, poderão se reconhecer na presença do outro. Zygmunt Bauman entende que, cada vez mais, convive-se com insegurança e medo, em decorrência de uma “supervalorização do indivíduo”. Por isso vão sendo criadas cada vez mais zonas de apartação, “zonas fantasmas” (2009: 25-7). Vive-se uma enorme “mixofobia”, isto é, o receio de se estar em presença física com desconhecidos. Os espaços públicos são locais privilegiados para o encontro, e à medida que se convive cada vez mais com o outro, o medo tende a cessar. Como afirma Bauman, “[...] a *exposição à diferença* transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo” (Idem: 71).

O teatro que ocupa os espaços públicos abertos acolhe a todos e liga, por meio dos espetáculos, “a realidade à imaginação” (FISCHER, 1973: 123) num encontro entre cidadãos que podem voltar a descobrir o prazer da convivência sem medo pelo fato de reconhecerem, na diferença de quem está ao seu lado, a igualdade de ser humano. Claro que essa relação se fortalece à medida que o público se reconhece em cena. Em tempos de medo, é urgente que a arte ocupe as ruas, misture-se à população, pois uma arte longe do povo “[...] abre caminho para o rebotalho produzido pela indústria do entretenimento” (Idem: 118). É preciso fortalecer os lugares, antes que todos se percam nos não-lugares.

O teatro de rua cria fissuras nos espaços públicos abertos ao

transformar um local de passagem em um espaço de trocas simbólicas, e o passante em um assistente da obra teatral. Assim, é uma arte que pode fortalecer os laços identitários dos cidadãos com sua cidade e com seus diversos “pedaços”, pois, a partir desse encontro, transeuntes podem lançar novos olhares sobre a paisagem, vendo-se nela, desvendando-a e sendo desvendados por ela. O teatro de rua, portanto, fortalece o lugar, o espaço do encontro, além de propiciar o lazer e a reflexão. Em tempos de medo, de isolamento, de falta de afetividade e de mercantilização da arte e da vida, é preciso ocupar o espaço público aberto com arte para que se perceba que há relações para além do mercado.

Bibliografia citada

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2008. (Coleção Travessia do Século)
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERGER, John. *Modos de ver*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, s/d.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FRÚGOLI Junior, Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. In: *Revista de Sociologia e Política*. nº 16, junho de 2001, 51-66.
- GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto e outros. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente. (Orgs.). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.

Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. consultado em: 20/12/09.

- _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- _____. *Territórios alternativos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006b.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC; Unesp, 1998.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- _____. Lazer popular e geração de empregos. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- _____. *O espaço do cidadão*. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000b.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008c.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SPOSATI, Aldaíza. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (São Paulo 21)
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *As ideias estéticas de Marx*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Pensamento crítico, v. 19)
- _____. *Convite à estética*. Trad.: Gilson, Baptista Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.